

AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS COM SOBERANIA ALIMENTAR, HÍDRICA e ENERGÉTICA



POR QUE AS MULHERES DO CAMPO, DA FLORESTA E DAS ÁGUAS LUTAM PELA AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS COM SOBERANIA ALIMENTAR, HÍDRICA E ENERGÉTICA?

Porque nós queremos ter a possibilidade de conduzir livremente a nossa vida política, econômica e cultural, de acordo com princípios democráticos e, assim, ter o direito de escolher livremente o nosso destino, como povos do campo, da floresta e das águas. Um direito que nos foi negado nos últimos anos por um governo que não nos permitiu participar das decisões que nos afetavam.

Porque não queremos estar subordinadas aos interesses do grande capital e nem das grandes corporações. Tampouco queremos continuar assistindo ao avanço da exploração agrária e agrícola, a expropriação e a usurpação da terra, a expansão minerária, madeireira e hidráulica e a cobiça pelos recursos naturais, que fere a nossa soberania alimentar, hidráulica e energética.

Porque queremos defender a nossa cultura alimentar, e decidir sobre que tipo de alimento nós queremos e podemos oferecer ao nosso povo e à sociedade; sobre as formas de cultivo, distribuição, consumo e preparo dos alimentos; sobre como produzir comida de verdade, e como essa comida pode chegar à mesa das pessoas, sobretudo, as que tem fome.

Porque queremos ter acesso à água suficiente e de qualidade para o consumo humano, para a produção de alimentos saudáveis e agroecológicos, para a criação de animais, enfim, para fazer a agricultura acontecer, inclusive nos nossos quintais produtivos. E para isso precisamos participar das decisões sobre a produção e (re)uso da água; sobre a construção de tecnologias para armazenamento, recuperação e preservação das nascentes, e mesmo medidas para armazenamento e distribuição da água, principal-

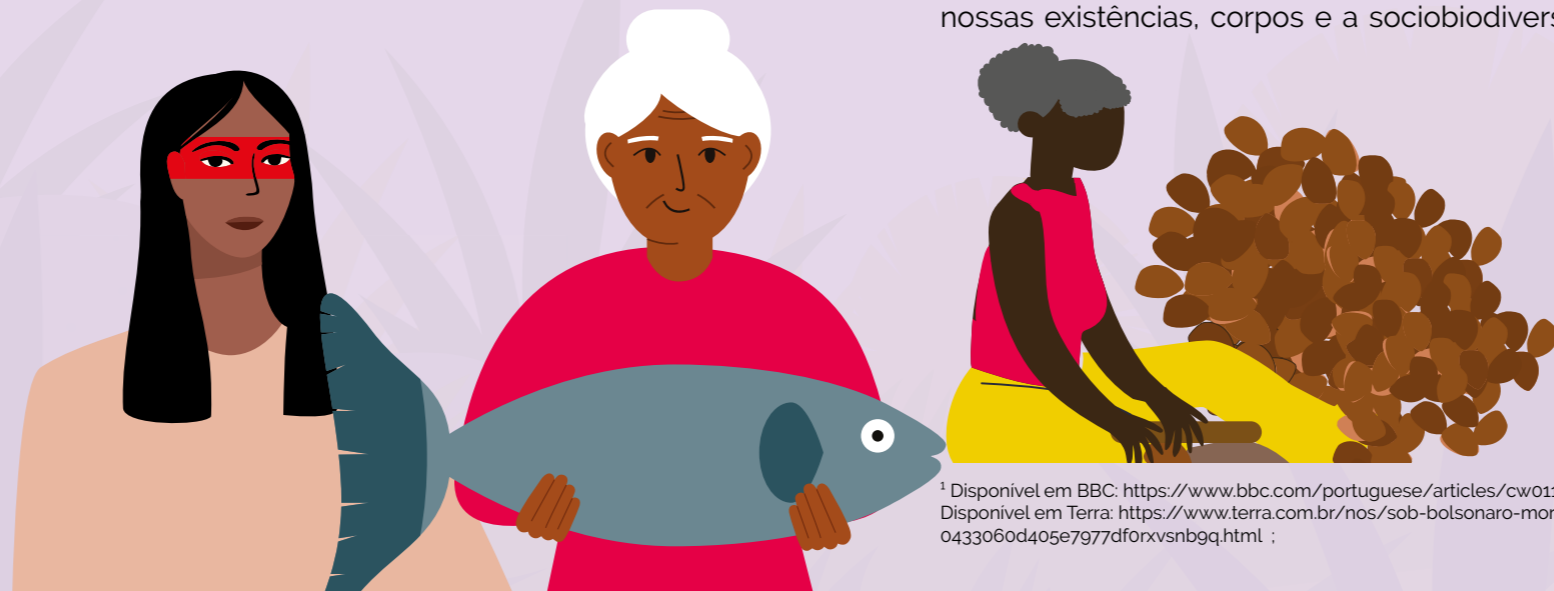
mente nas regiões semiáridas.

Porque queremos decidir e controlar a regulação da exploração dos recursos energéticos. O alimento, a água e a energia, assim como os bens da natureza em geral, sob o capitalismo liberal, são apropriados como mercadorias, e nós queremos romper com essa lógica que impacta os nossos territórios e promove a injustiça e o racismo ambiental.

Porque o processo de mercantilização, privatização e financeirização da natureza vêm ameaçando nossa soberania. O avanço do controle corporativo, das grandes empresas, sobre o que comemos e cultivamos, sobre o nosso alimento, desde as sementes até o que vai pro prato, ameaça a soberania alimentar. O controle da energia e da água pelas corporações transnacionais ameaça a soberania energética e hídrica. E em defesa da nossa soberania, marchamos!

Vamos avançar um pouco mais nessa discussão...

Já parou para pensar que muita das coisas que acontecem no nosso cotidiano atendem aos interesses e visões de corporações e grupos políticos, sociais e econômicos dominantes? A ação desses grupos em diferentes campos da sociedade pode influenciar muitas áreas da vida, desde o que comemos ou vestimos, às possibilidades concretas de acesso à água ou ao tipo de fonte de energia disponível. Para que a população não fique refém dos interesses de uma minoria é que afirmamos os princípios de autodeterminação dos povos.



Então, o que significa autodeterminação dos povos?

Ela estabelece que a um povo deve ser permitida a possibilidade de conduzir livremente aspectos da vida política, econômica e cultural, afirmando, o direito que temos como comunidades e povos de decidir coletivamente como organizar nossas vidas, como responder às necessidades, respeitando nossas culturas, conhecimentos e desejos. Autodeterminação para viver livre e plenamente, não tendo nossos corpos e existências sujeitos às imposições do mercado, dos padrões de beleza, de sexualidade ou outras restrições e violências.

A autodeterminação deve ser entendida também como uma ação em reparação às desigualdades estruturais e injustiças históricas, sobretudo, quando vivemos num continente, como o Latinoamericano, marcado pelo colonialismo europeu, pela escravização dos povos vindos de África e pelo imperialismo norte americano. Assim, afirmamos a autodeterminação dos povos ao redor do mundo, como caminho de construção de solidariedade internacional e de luta contra as novas formas de colonialismo, desempenhadas por mentalidades e grupos que querem impor seus interesses.

Nós, as mulheres do campo, da floresta e das águas, seguimos defendendo nossos modos de vida nos territórios, como forma de proteger nossas existências, corpos e a sociobiodiversi-

dade. Produzimos resistência à ação destruidora que resulta da instalação de megaprojetos, monocultivos e outros cercamentos que nos impedem ou dificultam viver como queremos. Esse é o nosso desafio, organizar nossa vida nos nossos territórios a partir do nosso querer, do querer das margaridas, a partir do nosso legado ancestral, da nossa luta no presente que aponta para o futuro.

São muitas as formas de violação ao direito à autodeterminação dos povos. Um triste e recente exemplo, diz respeito ao **genocídio** vivido pelo povo Yanomami. Segundo dados do Ministério da Saúde, veiculados em notícias da imprensa¹, o número de óbitos na Terra Indígena Yanomami saltou de 41 casos, entre os anos de 2015 a 2018, para 177, durante os quatro anos do governo genocida de Jair Bolsonaro (2019 – 2022). O Estado brasileiro ao invés de assumir o papel de salvaguarda dos povos e territórios indígenas, atuou no sentido de desmontar as políticas indigenistas e estimular o garimpo ilegal na região, que trouxe um quadro de contaminação dos rios, aumento do desmatamento e da violência, gerando com isso fome, a partir das dificuldades de caça e pesca, e o não acesso a serviços, como os de saúde.

Genocídio: é a destruição de populações ou povos. É o extermínio deliberado, parcial ou total, de uma comunidade, grupo étnico, racial ou religioso.

É nesse sentido, que o conceito de autodeterminação dos povos se encontra com o de **soberania popular**, pois esta significa a capacidade dos povos expressarem sua autodeterminação em diferentes áreas, colocando freio e disputando domínios dos grupos que colocam o lucro acima da vida. A luta por soberania popular se espalha em várias frentes, sendo três delas fundamentais às lutas da Marcha das Margaridas: a soberania alimentar, a soberania hídrica e a soberania energética. Vamos refletir mais sobre elas?

O que é soberania alimentar?

Soberania alimentar é o direito dos povos de definir as bases e a organização dos sistemas alimentares em suas diferentes fases, desde a produção, passando pela distribuição, preparo, consumo e descarte dos alimentos, tendo como base os direitos e o respeito às culturas alimentares. Isso diz respeito à qualidade do alimento que chega a mesa da população, ao modelo de produção agropecuário, às desigualdades que condicionam o acesso aos alimentos, aos interesses e padrões que impactam sobre o consumo e trabalho de preparo dos alimentos, ao direito de consumir alimentos livres de agrotóxicos, dentre outras tantas questões.

O princípio da soberania alimentar foi proposto pela Via Campesina no contexto das lutas contra a Organização Mundial do Comércio (OMC). A OMC diz que todos devem ter tratamento igual, o que na prática significa defender os interesses dos países e grupos econômicos com maior poder de barganha política e financeira. Suas regras impedem ou dificultam os países a definir como organizar sua agricultura e abastecimento alimentar. Por exemplo, uma manifestação da OMC questionou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por ser uma política que dá prioridade à agricultura fa-

miliar. É para reagir a isso, que o princípio da soberania alimentar é tão importante, pois se contrapõe a modelos construídos de cima pra baixo, produzindo formas de resistência baseadas em valores de justiça.

A soberania alimentar também resgata a contribuição das mulheres na produção e preparo dos alimentos, incluindo a produção para o autoconsumo, em geral invisibilizada, e seus conhecimentos e experimentações que asseguram a diversidade de variedades e espécies em suas práticas alimentares e de uso medicinal, reconhecendo os saberes ancestrais das mulheres nesse campo e como elas os articulam para cultivar e selecionar variedades em função do gosto ou facilidade do processamento. Com isso, questiona a dimensão econômica do trabalho feminino que não é tomada em conta, como se fosse uma extensão natural das atribuições que a sociedade patriarcal assinala às mães e esposas.

Além disso, reconhece o papel desempenhado pelas mulheres na distribuição de alimentos não só por meio das feiras e circuitos curtos de comercialização, mas também por meio de formas não monetarizadas, como as doações e trocas de alimentos. Assim, as mulheres fazem chegar comida de verdade entre as pessoas da comunidade e familiares, ampliando as possibilidades de acesso a alimentos saudáveis e à segurança alimentar e nutricional.

Segurança alimentar e nutricional é um direito social consagrado desde 2006 no Brasil (por meio da Lei 11.346/200), que visa a disponibilidade e acesso permanente a alimentos, atendendo aos princípios da variedade, qualidade, equilíbrio, moderação e prazer (sabor), considerando as especificidades de gênero, raça e etnia e as formas de produção ambientalmente sustentáveis, livre de contaminantes físicos, químicos e biológicos e de organismos geneticamente modificados.

Você sabia?

O Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, e teve no governo Bolsonaro um dos maiores incentivadores da política do veneno. Segundo levantamento feito pela Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida:

- Só em 2020 foram comercializadas mais 686 mil toneladas de agrotóxicos em todo país.
- Até novembro de 2022, 2007 novos registros de uso de agrotóxicos foram autorizados no Brasil.
- Em 2021 as empresas produtoras e distribuidoras de agrotóxicos faturaram mais de 14 bilhões de dólares.

*Acesse o link: <https://contraosagrototoxicos.org/base-de-conhecimento/dados-sobre-agrototoxicos/>

No Brasil, as lutas e ações dos movimentos e organizações sociais têm afirmado a noção de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, aliando esses dois termos. Essa associação entre a soberania e segurança alimentar, reforça tanto a concepção da autodeterminação dos povos nas decisões sobre o alimento, sua produção, distribuição, consumo e destinação final dos dejetos, quanto ao acesso a alimentos saudáveis, referenciada na cultura alimentar dos diferentes territórios e demais aspectos sociais, ambientais e econômicos.

Mas, como é possível falar de alimento saudável sem falar de água? Por isso, as mulheres seguem pautando o direito à água e à soberania hídrica.

O que é soberania hídrica?

É a defesa tanto do direito à água para consumo humano, produção e preparação dos alimentos, quanto do direito soberano dos povos de protegerem seus mananciais hídricos, territórios e maretórios dos interesses das corporações, garantindo a reprodução dos modos de vida das populações das águas, ribeirinhas, costeiras e marinhas, e das formas de vida dos seres que habitam as águas.

É crescente a apropriação das águas por grandes empresas, que compram terras, cercando rios, lagos, mares e fontes, em favor da lógica de privatização e mercantilização da água. Exemplo disso, é o Grupo Edson Queiroz, que hoje é o segundo maior produtor de água mineral do mundo. Multinacionais, como Nestlé, Coca Cola, Ambev, Pepsico, estão negociando nossos mananciais de águas e lucrando com isso, inclusive, a partir da aquisição de outorgas, ou seja, concessões de uso dos nossos aquíferos e rios.



Um dos problemas mais sérios da humanidade é o acesso à água potável, sendo que a maior quantidade é gasta e desperdiçada pelas indústrias e pelo agronegócio. Os pivôs centrais, as bombas de água e outros sistemas de irrigação se estendem pelos latifúndios, sem contar a contaminação das águas por agrotóxicos, mercúrio e o plantio de monoculturas, como o eucalipto, que secam os lençóis freáticos. Populações ribeirinhas, quilombolas, povos indígenas, comunidades tradicionais do município de Correntina, na Bahia, têm orientado suas lutas para impedir a captação intensiva de água por transnacionais ligadas ao agronegócio, que ocupam na região Oeste da Bahia mais 160 mil hectares. O cancelamento imediato das outorgas que autorizam a livre exploração do agronegócio é a principal reivindicação, como forma de barrar os efeitos do monopólio da água, a seca dos rios e garantir a sobrevivência do povo daquela região.

Nós, as mulheres do campo, da floresta e das águas defendemos a água como direito e alimento para a vida. Nós e os demais seres que habitam o planeta dependemos da água para viver. Por meio dela produzimos alimentos saudáveis e agroecológicos, preparamos os alimentos, reproduzimos nossos modos de vida pesqueiros, costeiros e marinhos. Em momentos de escassez, somos nós, as mulheres, que sofremos para buscar água para toda a família, mesmo que para isso seja necessário caminhar quilômetros, esperar em filas ou carregar litros de água na cabeça, enfrentando sol, chuva e até mesmo o medo da violência sexual. Todo este trabalho não é reconhecido. Além disso, sem água de qualidade, aumenta a incidência de doenças na família, sobrecarregando-nos com mais trabalho de cuidados,

como no acompanhamento de doentes em casa ou equipamentos públicos de saúde.

A relação entre acesso à água segura e saneamento básico também coloca as mulheres em condição de desvantagem. Muitas de nós deixamos de ter vida social e até frequentar a escola, especialmente no período menstrual, quando precisamos de espaços mais apropriados para fazermos nossa higiene íntima. Com certeza você ou alguma conhecida já foi obrigada a segurar a urina por longos períodos ou até mesmo deixaram de ingerir líquidos para evitar idas ao banheiro, não é mesmo? Algumas companheiras vivem frequentemente essas situações, o gerando com isso, doenças urinárias e vaginais.

Quanto ao uso político da água, a partir dos anos 2000 foram dados importantes passos para mudar a lógica das políticas públicas de Estado, saindo da lógica do combate à seca, para a de convivência com o semiárido. O semiárido brasileiro foi palco de ações de combate à miséria e construção de autonomia, superando as relações de compra de votos em troca de carro pipa, sendo essenciais os programas de democratização do acesso à água, como o Programa Água para Todos/as; Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e o Programa Uma Terra, Duas Águas (P1+2). Com os cortes dessas políticas pelo governo Bolsonaro coríamos o risco de voltar ao tempo dos saques aos mercados e das mortes por fome e sede, retrocedendo 50 anos. Segundo estimativas da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), 350 mil famílias ainda não contam com cisternas para o armazenamento de água voltada ao consumo doméstico, estando mais vulneráveis aos períodos de estiagem e aos jogos políticos que

tornam o acesso à água e o acesso a direitos e serviços moedas de trocas.

O discurso do governo Bolsonaro vinha na contramão das políticas de soberania hídrica, da preservação dos nossos mananciais de água e do meio ambiente, com ações direcionadas ao apoio ao agronegócio e criação bovina, à privatização das águas, por meio do Marco Legal do Saneamento Básico (Lei nº 14.026/2020) e descontinuidade das políticas de convivência com o semiárido. Esse cenário aprofundou o **racismo ambiental**, com as ofensivas de grandes projetos sobre territórios indígenas e quilombolas, onde as injustiças de gênero e climáticas se ampliaram.

Chamamos de racismo ambiental às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre etnias e populações mais vulneráveis. O Racismo Ambiental não se configura apenas através de ações que tenham uma intenção racista, mas, igualmente, através de ações que tenham impacto "racial", não obstante a intenção que lhes tenha dado origem. (...) O conceito de Racismo Ambiental nos desafia a ampliar nossas visões de mundo e a lutar por um novo paradigma civilizatório, por uma sociedade igualitária e justa, na qual democracia plena e cidadania ativa não sejam direitos de poucos privilegiados, independentemente de cor, origem e etnia (Pacheco, 2007). Vale lembrar que o conceito do racismo ambiental é central para entendermos por que a ameaça à soberania dos povos está diretamente relacionada aos povos negros, indígenas, quilombolas, os mais impactados pelos megaprojetos, pela mineração, pelo agronegócio, pelos projetos de morte e genocídio.

Outra questão fundamental é o efeito causado pela mineração sobre o meio ambiente e a vida das mulheres, afetando nossos corpos, que levam ao adoecimento e mortes. Alguns exemplos do desastroso impacto da mineração são: i) Os crimes de Brumadinho e de Mariana, com o rompimento das barragens de rejeitos que tirou vidas humanas e aquáticas e contaminou os Rios Doce e Paraopeba; ii) o adoecimento das indígenas mundukuru e o genocídio do povo Yanomami, que são constantemente envenenadas por mercúrio usado nos garimpos, a contaminação de seus corpos provoca abortos e mortes, colocando em risco futuras gerações na Amazônia.

Além de grandes consumidoras de água, as mineradoras, e seus sistemas de barragens, produzem rejeitos que contaminam as águas utilizadas pelas comunidades. O transporte do minério é outro problema. Os minerodutos são uma tecnologia ultrapassada e demandam muita água para transportar todo o minério até os portos. A água doce retirada dos territórios impacta no rebaixamento do lençol freático e contribui para a escassez de água para o consumo humano e animal e para a produção de alimentos. As ferrovias passam por dentro das propriedades, dividindo comunidades e poluindo rios. Por isso, as mulheres do campo, da floresta e das águas afirmam que é importante repensar a mineração, de forma soberana e popular, reconhecendo que o solo e a água do nosso país devem ser preservados para a manutenção da vida dos povos e do planeta.

As contradições que orientam a instalação de mineradoras também se colocam nas discussões sobre a produção de energia no Brasil. Vamos discutir mais sobre isso?

Energia renovável e energia limpa são aquelas que vêm da natureza, que são naturalmente reabastecidas, como sol, vento, chuva, marés. É importante notar que nem todo recurso natural é renovável, por exemplo, o urânio, carvão e petróleo são retirados da natureza, porém existem em quantidade limitada. Além disso, são limpas pois ao contrário daquela proveniente de fontes poluentes, como petróleo, essa modalidade energética não libera gases prejudiciais na atmosfera e seu uso tem pouco impacto nos ecossistemas.



O que é soberania energética?

Soberania energética popular é quando os povos definem como se planeja, organiza, produz e distribui energia, o que inclui também, o direito de participar das decisões sobre como se distribui a riqueza gerada pela produção de energia e como são geridas as reservas estratégicas de energia em um dado território. Como feministas estamos atentas a como o bem-estar, o cuidado com as pessoas e com a natureza estão no centro destas definições.

Em nossa sociedade a energia provém do petróleo, que é um recurso que um dia acabará e seu uso lança na atmosfera gases que se acumulam em uma barreira, como se fosse uma estufa e esquentam o planeta. Por isto se fala muito (ainda que pouco se faça) sobre mudar a matriz energética do petróleo para outras que seriam consideradas energias limpas e renováveis. Assim, no Brasil tem baseado suas discussões e ações em torno:

Da energia hidráulica proveniente de barragens nos rios, que na maioria das vezes são megaprojetos que expulsam populações ribeirinhas e afetam a natureza, como a diminuição de peixes nos rios;

Dos agrocombustíveis que são uma forma de substituir os derivados de petróleo (gasolina e diesel) nos veículos, mas para serem produzidos necessitam de monocultivos e usam muitos dos derivados de petróleo nos tratores, colheitadeiras e nos adubos químicos. A monocultura de cana e soja já ocupa muitas áreas em todo o país e nos anos recentes temos visto a expansão do dendê causando conflitos e assassinatos de lideranças quilombolas, especialmente, no Pará. Ou seja, esse tipo de energia só pode ser considerada energia limpa se levarmos em conta somente o que sai do cano de escape, todo o processo de produção e distribuição permanece sendo sujo por sangue e injustiças;

Da produção de energia eólica (que vem dos ventos) e solar, sobretudo na região nordeste, que também tem se baseado no uso de grandes áreas de terra para instalação de parques eólicos e solares, afetando as dinâmicas de vida nos territórios.

Mesmo com a preocupação de gerar energia limpa, em todos estes casos o modelo permanece o mesmo: não se conversa para quem e para quem se produz energia e a produção acontece de cima pra baixo, sem diálogo com a população e concentrada em grandes plantas (megaprojetos). Por isso, o grande desafio nesse debate vai no sentido de transformar as bases de utilização de energia, ou seja, mais importante do que mudar uma matriz energética baseada em petróleo, por outra, é preciso induzir a redução do consumo de energia. Sabe como? Investindo em transporte coletivo ao invés do carro; na agroecologia ao invés do agronegócio.

Reduzir o consumo de energia exige enfrentar as desigualdades que estão a ele associadas. A pobreza energética afeta a forma como o trabalho doméstico é feito e sobrecarrega as mulheres. Nos últimos anos, por causa do aumento do preço do gás, muitas mulheres voltaram a cozinhar utilizando lenha e tendo que buscar lenha cada vez mais longe. Sem contar os problemas de saúde de quem está sempre na fumaça à beira do fogão.

O Programa Luz para Todos fez com que a energia chegasse na maioria das casas Brasil afora. Mas as comunidades que têm seus territórios sobrepostos a Unidades de Conservação não conseguem instalar postes de luz. O aumento do preço da luz faz com que muitas famílias desliguem o freezer e até mesmo a geladeira aumentando o trabalho das mulheres na transformação e preparo dos alimentos.

A luta por soberania energética também se posiciona contra as novas formas de colonização das nossas vidas. Muitas das empresas que instalam seus parques eólicos e solares são de capital internacional. Outro dado é que, a Europa vem alterando sua matriz energética, baseando-a em energias vindas, principalmente, do sol e do vento. Assim, cresce o interesse por acordos de cooperação internacional baseados em metas de produção de energia eólica e solar. Isso acontece, mesmo com países como o Brasil que tem 80% da energia derivada de fontes renováveis, vinda, principalmente, de hidrelétricas. O discurso do presidente Lula na última Conferência para as Mudanças Climáticas da ONU (COP), em 2022, confirma essa pressão internacional. Naquela oportunidade o presidente Lula apresentou um discurso focado na luta pelo desmatamento zero e em investimentos em energia limpa e renovável.

Em 2022, a 13ª Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia que ocorreu em Solânea,

na Paraíba, colocou foco nas problemáticas dos parques eólicos. As mulheres presentes afirmaram que não são contra a geração de energia por fontes como o vento e o sol, mas que sua luta em defesa dos bens comuns para todas e todos, e pela garantia da sustentabilidade da vida nos territórios. Nessa marcha, elas denunciaram os impactos dos parques eólicos na vida das mulheres em estados como Rio Grande do Norte e Pernambuco. Dentre as denúncias estão: os cataventos começam a ocupar grandes áreas comunitárias, até mesmo os quintais, limitando a circulação das pessoas da comunidade e dos animais; o barulho gerado pelas turbinas afetam a saúde auditiva das pessoas e alteram o ciclo reprodutivo dos animais; aumento de doenças respiratórias e relacionadas à saúde mental, como ansiedade, depressão, distúrbios do sono; a fauna nativa, especialmente, aves e morcegos, morre por não conseguir desviar das hélices; contratos abusivos que em alguns casos preveem o uso da terra por 40 anos, em alguns casos esses contratos têm levado a perda da função agrícola da terra, impedindo o acesso de agricultoras familiares a direitos sociais e previdenciários; além do aumento da sujeira/poeira, do trabalho de limpeza das casas e das rachaduras das casas e das cisternas. Tudo isso para geração de energia que, na maioria das vezes, sequer beneficiará à própria comunidade. Além disso, a produção nas propriedades rurais próximas a parques eólicos diminui, ameaçando a produção agroecológica.



A diversificação e descentralização da produção de energia que diminui a distância entre a produção e o consumo são centrais para soberania energética e inspiram muitas iniciativas de grupos de mulheres em vários cantos do país.

O Estado democrático, com participação popular, constrói a soberania energética. Para isto é necessário promover um debate na sociedade em que a energia seja pensada não como mercadoria, mas como direito dos povos. É fundamental envolver a população nas discussões sobre a paralisação dos megaprojetos e a consulta livre, prévia e informada das comunidades afetadas; a reparação das comunidades afetadas pelos megaprojetos, e a recuperação das empresas públicas de produção e distribuição de energia.

Experiências de grupos de mulheres com matriz energética diversa e local:

Padaria Solar da Associação de Mulheres Grupo Bolo das Oliveiras, na Paraíba, que funciona com energia solar, reuso de água e biodigestor;

Projeto Alto Uruguai, na região do Alto Uruguai no estado do Rio Grande do Sul, que utiliza biodigestores e placas solares e propõe universalizar o acesso local à energia elétrica;

Agroindústria Solar na Comunidade Surucua, no município de Santarém, no Pará, que implantou uma mini usina fotovoltaica de beneficiamento de polpas oriundas dos quintais agroecológicos da comunidade, com a constituição de grupo de mulheres para a gestão da agroindústria.

Fonte: Gabriela Cunha e Sarah Moreira, 2022

PARA DEBATER MAIS...



Como as questões de soberania alimentar, hídrica e energética são vividas (e sentidas) nos seus territórios?

A partir das reflexões trazidas pelo texto, quais os principais desafios enfrentados pelas mulheres nesses territórios ?

Quais seriam as propostas para superação desses desafios?

Material bibliográfico consultado:

BRASIL, Lei 14.026, de julho de 2020. Atualiza o marco legal do saneamento básico. Brasília, julho de 2020.

BRASIL Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada. Brasília, setembro de 2006.

MOREIRA, Sarah L. S., CUNHA, Gabriela. Nós, mulheres, somos a energia que move o mundo. Sempre Viva Organização Feminista (SOF), São Paulo, 2022. Disponível em: <documento-soberania-energetica.pdf (sof.org.br)>

PACHECO, Tânia. Racismo Ambiental: expropriação do território e negação da cidadania. In. SRH (org.). Justiça pelas Águas: enfrentamento ao Racismo Ambiental. Salvador: Superintendência de Recursos Hídricos, 2008. p.11-23.

FICHA TÉCNICA

SECRETARIA DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS

Maria José Moraes Costa

Equipe:

Vilênia Venâncio Porto Aguiar
Anna Carolina Carvalho Batista Teixeira
Camila Guimarães Guedes

Redação dos textos:

Eryka Galindo - Grupo de Pesquisa Food for Justice (Universidade de Heidelberg - Alemanha)

Contribuição ao texto:

Fran Paula - FASE
Miriam Nobre - MMM
Maria Emília Lisboa Pacheco - FASE
Sarah Luiza de Souza Moreira - GT Mulheres da ANA

Contribuição ao debate:

Adriana Galvão Freire - AS-PTA Polo da Borborema
Miriam Nobre - MMM
Participantes da Oficina Nacional de Elaboração dos Cadernos de Estudos da Marcha das Margaridas 2023 (ocorrida entre os dias 24 a 26 de janeiro de 2023, em Brasília).

Edição final do texto:

Vilênia Venâncio Porto Aguiar - CONTAG

Revisão final:

Anna Carolina Carvalho Batista Teixeira - CONTAG

Arte de capa:

Ribs

Projeto gráfico e diagramação:

Indi Gouveia

Impressão:

Cidade Gráfica

Tiragem: 10.000

DIRETORIA EXECUTIVA DA CONTAG (GESTÃO 2021 – 2025)

Aristides Veras dos Santos
Presidente

Alberto Ercílio Broch
Vice-Presidente

Thaís Daiane Silva
Secretária Geral

Juraci Moreira Souto
Secretário de Finanças e Administração

Alair Luiz dos Santos
Secretário de Política Agrária

Vânia Marques Pinto
Secretária de Política Agrícola

Sandra Paula Bonetti
Secretária de Meio Ambiente

Edjane Rodrigues Silva
Secretária de Política Sociais

Carlos Augusto Santos Silva
Secretário de Formação e Organização Sindical

Maria José Moraes Costa
Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais

Mônica Bufon Augusto
Secretária de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

Antonio Oliveira
Secretário de Terceira Idade

APOIO:



REALIZAÇÃO:



PARCEIRAS:

